

Técnicos culpam parlamentares

Se aconteceram irregularidades na distribuição de verbas do Orçamento da União, a culpa é única e exclusiva dos parlamentares. Foi isto que os técnicos do Congresso Nacional, Roberval Batista de Jesus e Gumercindo Valentim deixaram claro nos depoimentos que prestaram ao delegado Magnaldo Nicolau, na Polícia Federal.

Roberval Batista de Jesus foi quem substituiu o economista José Carlos Alves dos Santos durante seis meses na direção da Comissão de Orçamento. De março a setembro de 1991, Roberval tentou informatizar os trabalhos para dar maior transparência ao sistema. Ele encontrou dificuldades e a desculpa de que não existiam recursos. Sua proposta teria desagradado a alguns parlamentares, como Genebaldo Correia e João Alves, que solicitaram ao então presidente da Câmara, deputado Ibsen Pinheiro, a exoneração de Roberval. Segundo o técnico, a pressão foi tanta, que Ibsen não teve como resistir. "Eu não tinha conhecimento de nada na comissão e, fiquei tão pouco tempo que nem cheguei a trabalhar com Orçamento".

Já o assessor Gumercindo Valentim, que trabalhou na comissão durante 12 anos, de 1980 a julho de 1992, disse ao delegado que nunca notou nada de anormal na distribuição das emendas. Ele explicou que a função dele se restringia a separar as emendas por área, prepará-las e dar a redação correta. No depoimento, Valentim explicou também como funcionava a comissão quanto à parte técnica. Ele esclareceu que

durante este trabalho não há como se identificar se uma ou outra empreiteira é beneficiada.

Quanto à inclusão de emendas após a aprovação final, Gumercindo esclareceu, que se este fato ocorreu foi com a anuência do plenário do Congresso. "É preciso lembrar que quando o deputado Ricardo Fiúza dirigiu a comissão, ele tinha carta branca para fazer as alterações que achasse necessárias e convenientes", explicou.

Depois de adiar por duas vezes a sua ida a Polícia Federal, Trajano Tristão, ex-gerante do Agrobando e assessor do deputado João Alves, depôs ontem na PF acompanhado por dois advogados. Ele entrou e saiu pela garagem, sem falar com a imprensa. Já o deputado José Carlos Vasconcellos (PRN-PE) abriu mão das prerrogativas parlamentares e entrou pela porta da frente para atender ao convite da PF para depor. O deputado negou todas as acusações feitas e veiculadas pela imprensa. Mas admitiu ser detentor de uma conta no Banco Cidade e, na mesma agência em que todos os membros da Comissão de Orçamento possuem contas, e para a qual o deputado João Alves teria transferido somas vultosas de dinheiro.

A Polícia Federal pretende agora, localizar o piloto da Transbrasil, Crisóteles Loureiro, a lobbista Janete Ribeiro e o empresário Paulo Rodrigues Alves (dono da Hello Turismo) para saber até que ponto eles têm conhecimento das manobras realizadas na Comissão de Orçamento.